

Gestão Nunes entra na reta final com 75 de 86 metas incompletas

Trânsito e mobilidade são maiores gargalos; Prefeitura de São Paulo diz que apresentará novo balanço

Carlos Petrólio

Medidas ainda sem conclusão pela gestão Nunes

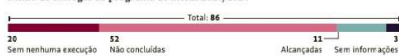
SÃO PAULO Em busca de reeleição, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) entra na reta final de seu primeiro mandato à frente da cidade de São Paulo com a missão de entregar uma série de itens do programa de metas estabelecido para o quadriênio. Das 86 metas, a prefeitura conseguiu concluir apenas 11 delas, enquanto 20 ainda não apresentaram nenhum índice de execução. Outras 55 estão em andamento, mas não há certeza de que todas ficarão prontas até o final do ano. Esses dados foram divulgados pela prefeitura em outubro de 2023. Questionada sobre as metas não alcançadas, a gestão não respondeu ponto a ponto e apenas afirmou que está consolidando os dados mais recentes para apresentar novo balanço. As áreas de educação e mobilidade estão entre as que mais atingiram metas, mas também há metas que não foram executadas em cultura, ambiente e saúde.

Dos 12 CEUs na capital, Nunes implantou 4, já as dez salas de cinema em CEUs e os dez territórios educadores não saíram do papel. "Sala de cinema será bem importante, sabemos pelo Mapa da Desigualdade que há regiões periféricas em São Paulo onde não existe nem sala privada", afirma Igor Pantoja, coordenador de mobilização da Rede Nossa São Paulo. Em saúde, por exemplo, o prefeito implantou o das 15 UPAs (Unidade de pronto-atendimento) e o dos 16 espaços destinados para

Das 86 metas, veja 15 que estão entre as mais atrasadas

Meta	O que foi feito até agora	Em %
Implantar 40 novos equipamentos de saúde	26	61
Implantar 16 serviços de saúde bucal	9	56
Recuperar 20 milhões de m² de vias públicas	4	17
240 obras de manutenção em pontes e viadutos	53	20
Realizar 18 ações para redução de mortes em trânsito	5	27
Manutenção de 1,5 milhão de m² de calçada	26	26
Implantar 10 territórios educadores	0	0
Construção de 100 km de ciclovias	58,5 km	19
Viabilizar implantação de 4 terminais	0	0
Viabilizar 40 km de corredores de ônibus	4,1 km	10
Implantar 12 sala de cinema no CEU	0	0
27 mil pontos de acesso à internet	6.103	30
Implantar 15 UPAs	9	60
Implantar 200 km de faixa azul	22 km	11

Ritmo de entregas do programa de metas 2021/2024



*Dados de execução de cada meta informados pela Prefeitura e atualizados até outubro de 2023. Fonte: Prefeitura de São Paulo

atendimento de saúde bucal. Entre os 11 pontos que a gestão conseguiu concluir estão ampliar a iluminação pública utilizando lâmpadas LED em 350 mil pontos, licenciar 350 mil moradoras populares e pavimentar 40 mil metros quadrados de vias sem asfalto. A prefeitura também apontou entregas a ampliação das ações protetivas para 2.500 mulheres vítimas de violência por ano e a implantação de hospital veterinário. Além das metas 100% concluídas, a gestão tem 18 com

mais de 75% de execução. O gargalo maior, porém, está na área de trânsito e mobilidade. A um ano do fim do mandato, a gestão não cumpriu nem a metade de compromissos como recuperar 25 milhões de metros quadrados de vias públicas. A situação se aplica a propostas como manutenção de 1,5 milhão de m² de calçada e construção de 350 quilômetros de ciclovias. O programa estabelece 260 obras de manutenção, recuperação e reforço em pontes

“O atual programa já é pouco ousado, sofreu mudanças e chama atenção o seu baixo grau de execução até o momento”

Igor Pantoja, coordenador de mobilização da Rede Nossa São Paulo

que o número de usuários da rede de transporte municipal hoje equivale a 8% do registrado no período pré-pandemia.

Em outra mudança, Nunes trocou o objetivo da meta 39 de “reduzir o índice de mortes no trânsito para 4,5 por 100 mil habitantes” para “realizar 18 ações para a redução do índice de mortes no trânsito”. A prefeitura, conforme diz no portal do programa de metas, fez cinco campanhas, mas não detalhou nenhuma delas.

A capital registrou entre janeiro e novembro de 2023 810 mortes no trânsito, de acordo com o Infogisa, sistema de monitoramento de acidentes do governo estadual. Isso significa que mais de duas pessoas morreram todos os dias nas ruas e avenidas da capital, em algum acidente envolvendo veículos.

Os motociclistas compõem o maior grupo entre as vítimas, com 354 óbitos em 11 meses, o equivalente a 41% do total. A quantidade de mortos no trânsito dos 11 primeiros meses é a maior dos últimos sete anos. Em 2016, foram 843 mortes no período de janeiro a novembro.

O fato de o prefeito entregar o programa de metas incompleto não rende sanção. Mas Nunes sabe que tais lacunas têm um risco para sua imagem na tentativa de reeleição em outubro próximo, servindo de munição aos rivais no pleito. Como alento, a prefeitura começará 2024 com dinheiro em caixa.

Ao longo de 2023, os cofres públicos bateram recordes de arrecadação. De acordo com o caixa de outubro, o mais atualizado, a prefeitura fechou o mês com saldo de R\$ 32,8 bilhões.

“O atual programa já é pouco ousado, sofreu mudanças e chama atenção o seu baixo grau de execução até o momento”, afirma Pantoja. “É de praxe que os políticos fazem entregas próximas ao período eleitoral, mas a população perdeu três anos ou mais para utilizar esses recursos”.



Incluída no Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo, obra de recuperação da ponte Comunidade Húngara, na marginal Tietê, começou em julho deste ano. Data: Tempo/Valéria

Lula veta trecho da LDO sobre ações com família tradicional

Isabela Palhares

SÃO PAULO O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou um trecho da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) aprovada pelo Congresso Nacional, que proibia a União de ter despesas com ações “tendentes a desconstruir o conceito de família tradicional, formada por pai, mãe e filhos”. O trecho foi aprovado por

meio de emenda apresentada pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que ainda proibia o governo de ter ações “tendentes a influenciar crianças e adolescentes a terem opções sexuais diferentes do sexo biológico”, de financiar “cirurgias em crianças e adolescentes para mudança de sexo”, e de ter despesas que “incentivassem a ocupação de terras rurais”

e a realização de abortos. Na justificativa do veto, o governo afirma que as condutas descritas na emenda são “aleatórias e impertinentes em relação ao que constitui o mandato, a gestão não cumpriu nem a metade de compromissos como recuperar 25 milhões de metros quadrados de vias públicas. A situação se aplica a propostas como manutenção de 1,5 milhão de m² de calçada e construção de 350 quilômetros de ciclovias. O programa estabelece 260 obras de manutenção, recuperação e reforço em pontes

possibilidade técnica” e “insegurança jurídica”. “As avaliações dos templates não são passíveis de serem verificadas no âmbito das programações orçamentárias de detalhada, ou seja, há uma impossibilidade técnica de identificação, no conjunto de recursos destinados para as políticas públicas para o atendimento das vedações, o que geraria insegurança

jurídica da peça orçamentária”. Entidades educacionais defendiam o veto presidencial ao trecho que ficou conhecido como “emenda das trevas”, por tentar incutir incertezas em temas que já foram considerados inconstitucionais. A emenda de Eduardo Bolsonaro fazia alusão, por exemplo, ao projeto Escola sem Partido e retomava

o combate ao que chama de “ideologia de gênero”, que aludia a uma “ideologia de seu pai, Jair Bolsonaro”.

O presidente Lula sancionou a LDO na terça-feira (1) com uma série de vetos, entre eles um dispositivo que estabelecia um cronograma para a liberação dos recursos de emendas para obras em municípios escolhidos pelos parlamentares.